

SOBRE VIOLÊNCIAS, VIVÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: EDUCAÇÃO, GÊNERO E CURRÍCULO¹

On violence, experiences and resistance: education, gender and curriculum

Andressa Caroly

Licenciada em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Brasil.

E-mail: andressacaroly18@gmail.com

Thiago Luz

Licenciado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Brasil.

E-mail: thiagovinicius.poa@hotmail.com

Áltera, João Pessoa, v. 2, n. 9, p. 37-54, jul./dez. 2019

ISSN 2447-9837

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF. A versão apresentada na 31ª RBA estava inserida na modalidade “Pôster”, não sendo necessário a escrita de um artigo completo, posto isso, o presente artigo é fruto de um aprofundamento teórico maior e fornece um detalhamento das atividades da Oficina antes suprimido.

RESUMO:

Os debates acerca de temas como gênero, sexualidades e identidades dos sujeitos há muito tempo vêm sendo negligenciados pelo currículo vigente e formal da escola (SILVA, 1999). Sendo assim, o presente texto apresenta uma oficina temática desenvolvida com estudantes da Educação para Jovens e Adultos/EJA do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. A oficina ocupou-se da temática relativa à violência de gênero contra mulheres *cis*, *trans* e *travestis*. Este trabalho pretendeu visibilizar a discussão acerca das diversas formas de apagamentos, silenciamentos e violências incutidas sobre as diversas formas de ser mulher. Além disso, buscou também evidenciar formas de resistências a essas violências.

PALAVRAS-CHAVE:

Educação. Violência de Gênero. Currículo. Resistência.

ABSTRACT:

Discussions about subjects such as gender, sexuality, and subject identities have long been neglected by the school's formal curriculum (SILVA, 1999). Thus, the present text presents a thematic workshop developed with students of the Educação de Jovens e Adultos/EJA of the Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS. The workshop dealt with the issue of gender-based violence against *cis* women, *trans* woman, and *travestis*. This work aimed to make visible the discussion about the different forms of erasures, silencings and violence embodied in the different forms of being a woman, in addition, it sought to evidence forms of resistance to this violence.

KEYWORDS:

Education. Gender Violence. Curriculum. Resistance.



INICIANDO O TRABALHO, OU ROMPENDO COM A NEUTRALIDADE

Os debates sobre educação, processos de aprendizagem e escolarização são permeados por disputas epistemológicas, ideológicas, científicas e culturais. As/os docentes que atuam no campo educacional sabem muito bem disso e, até onde imaginamos, não pretendem eliminar essas disputas – salvo em alguns casos, claro – mas antes, proliferar os debates, os métodos e as possibilidades do fazer educacional.

Uma pergunta que parece perpassar toda a história da educação no Brasil e que, atualmente, coaduna as inquietações de pais, mães, gestores(as), diretoras(es), docentes e teóricos(as), ou seja, todas(os) as/os envolvidas(os) é: que tipo de Educação as escolas devem oferecer aos jovens? Conforme Silva (1999), em distintos períodos históricos, diferentes teorias foram utilizadas para responder a essa problemática: a teoria clássica, com ênfase em uma educação tecnicista e voltada para o mercado de trabalho, a teoria crítica, com foco em uma educação emancipatória e libertadora e a perspectiva pós-crítica/pós-moderna com ênfase nos questionamentos sobre metanarrativas, que abriu espaço para discussões como gênero, raça/etnia, regionalidade e sexualidade.

Posto isso, a proposta aqui apresentada alia-se à perspectiva pós-crítica, trazendo como fio condutor das análises/propostas uma ação pedagógica reflexiva que busca o tempo todo escapar aos essencialismos, aos discursos hegemônicos, heteronormativos, violentos e potencializadores de ações violentas. Nesse sentido, a oficina temática apresentada aos estudantes e que será esmiuçada neste artigo não pôde lançar mão de explicações homogêneas, causais e generalistas. Pelo contrário, entende-se que planejar é, antes, assumir uma postura desconfortável; é negar o mito da neutralidade – embora esse tema tão caro aos docentes comprometidos com a eliminação de disparidades e desigualdades esteja retornando, a exemplo do movimento Escola sem Partido; é situar-se, é assumir o risco dos engendramentos sempre suspensos e perigosos do discurso (UBERTI, 2018).

As discussões apresentadas estão, pois, circunscritas à Educação para os Direitos Humanos e para o desenvolvimento de uma formação cidadã e crítica das e dos jovens. Conforme o Plano Nacional de Educação para os Direitos Humanos (2007),



para que se garanta um ensino fundamentalmente implicado com a construção de uma escola mais cidadã e eticamente comprometida, percebe-se que:

[...] é importante garantir dignidade, igualdade de oportunidades, exercício da participação e da autonomia aos membros da comunidade escolar. Democratizar as condições de acesso, permanência e conclusão de todos(as) na educação infantil, ensino fundamental e médio, e fomentar a consciência social crítica devem ser princípios norteadores da Educação Básica. É necessário concentrar esforços, desde a infância, na formação de cidadãos(ãs), com atenção especial às pessoas e segmentos sociais historicamente excluídos e discriminados. (BRASIL, 2007, p. 31).

O exercício de planejamento dessa oficina com alunos e alunas da Educação para Jovens e Adultos, portanto, buscou evidenciar a importância de uma ação pedagógica reflexiva e atenta às implicações de suas narrativas. Assim, as propostas didáticas aqui destacadas pretenderam enfatizar os processos de construção e legitimação do discurso violento e das violências contra mulheres *cis*, *trans* e travestis que podem acontecer no espaço escolar, assumindo uma perspectiva sociológica/antropológica engajada no combate a essas múltiplas violências de gênero e na enfatização de possibilidades de resistência. Ou seja, buscou-se efetivar a proposta de que planejar “é produzir uma visão política e um espaço de luta cultural” (CORAZZA, 1997, p. 124).

EDUCAÇÃO É TRANSGRESSÃO: A OFICINA, SEUS MÉTODOS E SUAS IMPLICAÇÕES

A oficina se fundamentou na concepção de que os atos violentos contra as mulheres, muitas vezes, não são ações isoladas ou extraordinárias de um indivíduo doente; em outras palavras, as violências contra as mulheres se constituem não apenas enquanto um fenômeno social esparsos, delimitado e contingencial, mas estão enraizadas em uma cultura que proporciona e legitima um ambiente extremamente hostil e violento para a maioria delas.

A escola, por sua vez, enquanto elemento específico de uma determinada sociedade, está imersa em seus componentes políticos, econômicos, sociais e culturais.



Por isso, é urgente que os debates de gênero estejam inseridos no espaço escolar na tentativa de construir uma escola, uma sala de aula e um currículo questionadores, reflexivos, autocríticos e comprometidos com a desconstrução de essencialismos e discursos violentos – que acabam por se inserir em uma rede de produção de verdades (FOUCAULT, 2008) que potencializam e legitimam ações violentas.

A oficina temática proposta foi intitulada de “Violência contra a mulher cis, trans e travesti: cotidiano, currículo e o que a educação tem a ver com isso”. Foi dividida em quatro encontros/módulos noturnos, com cerca de duas horas de duração que ocorreram nos dias 19 e 26 de setembro e 10 e 17 de outubro de 2017. Os encontros contaram com a presença de 12 estudantes da modalidade de ensino EJA, sendo três mulheres cisgêneras negras, cinco mulheres cisgêneras brancas, três homens cisgêneros brancos e um homem cisgênero negro. Os/as estudantes tinham entre 19 e 45 anos e eram oriundos e oriundas do município de Porto Alegre e região metropolitana.

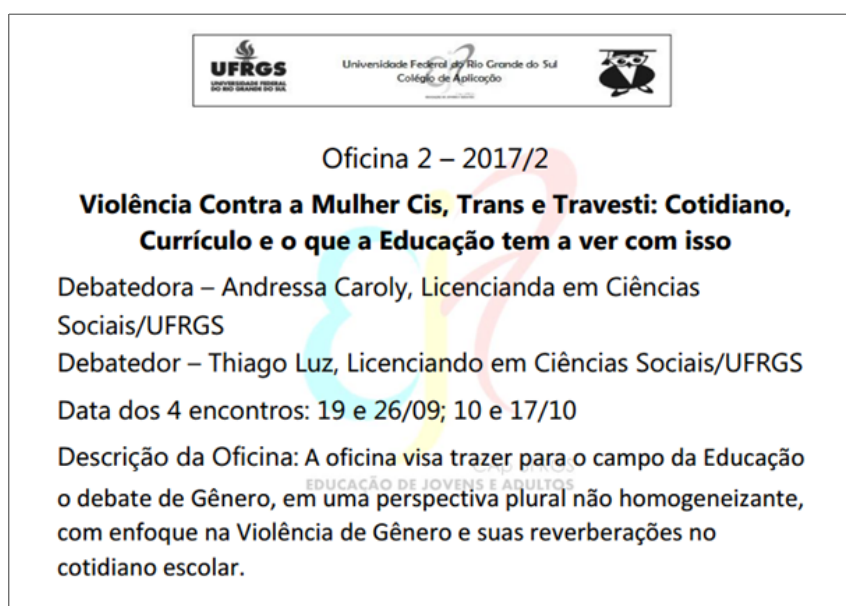


Figura 1 - Cartaz de divulgação da oficina que ficou fixado nos murais da escola
Fonte: Compilação dos autores.

O primeiro encontro/módulo da oficina, realizado no dia 19 de setembro de 2017, foi aberto com uma rodada de apresentações na qual nós, enquanto articuladores, apresentamos a ideia, o cronograma e o que nos motivou a propor a oficina. Em

linhas gerais, referenciamos-nos aos dados de violência contra as mulheres e observamos que a escola, muitas vezes, se alheia a esses debates, ao apresentá-los como impertinentes ao seu ambiente. Dessa maneira, procuramos justificar e reafirmar a importância daquele espaço.

Além disso, propusemos aos estudantes alguns objetivos que gostaríamos de alcançar ao término de nossos encontros: a) desmistificar o cotidiano e desnaturalizar argumentos, atitudes e comportamentos prejudiciais, violentos e opressores; b) analisar os diversos tipos de violência contra as mulheres; c) repensar a categoria de mulher universal; d) romper com posições deterministas; e) estimular a construção argumentativa das/dos estudantes; e f) proporcionar espaço de reflexão e construção de resistências.

Ademais, como muito bem lembra Haraway (1995) sobre a importância da produção de um conhecimento corporificado e localizado, apresentamo-nos enquanto estudantes de Ciências Sociais, mais fortemente ligados às áreas de Educação e Antropologia; e também enquanto uma mulher cisgênera¹ branca e um homem cisgênero branco. Com essas informações, nós nos posicionávamos e situávamos especificamente enquanto sujeitos e pesquisadora/pesquisador.

Ao final dessa primeira etapa, iniciamos uma roda de apresentação com as/os estudantes ali presentes. Perguntamos seus nomes, em qual ano do EJA estavam, se já participaram de alguma discussão/atividade sobre gênero ou sexualidade, o porquê da escolha da oficina e se achavam a temática importante/relevante. Poderiam ainda acrescentar qualquer outra informação que quisessem compartilhar com as/os presentes. O intuito da apresentação foi conhecer que histórias de vida estavam preenchendo o espaço do Colégio de Aplicação.

Após as apresentações, iniciamos o cronograma da oficina. A primeira atividade foi a leitura coletiva do poema “Os meninos da minha escola me pareciam maus”, de Hilan Bensusan. Nesse poema, de caráter biográfico, Hilan narra alguns momentos de sua infância escolar e, conseqüentemente, as violências que presenciou no cotidiano do colégio que frequentava, dentre as quais, a violência de gênero:

¹ O conceito de cisgeneridade e, conseqüentemente, o conceito de transgeneridade foram apresentados/trabalhados no decorrer dos encontros com as/os estudantes, assim como outros marcadores sociais relevantes para as discussões que ali reverberaram.



Os meninos da minha escola me pareciam torpes [...]
E eram homens, não mulherzinhas; não faziam coisas de mulherzinhas não gostavam de quem parecia mulherzinha e, talvez para provar isso, falavam em comer as mulherzinhas, o que me parecia coisa canibal. (Como é possível, eu pensava, que estes meninos asseados queiram devorar gente?)
Eles ensinavam às meninas encabuladas que eram elas as mulherzinhas, ensinavam com as mãos, com os lábios, com os olhos. E quem estivesse com uma mulherzinha sem beliscá-la, tornava-se também mulherzinha, era contagioso, parecia.
Hoje eu me pergunto: aonde estão os meninos maus da minha escola?
Eles hoje estão casados com alguém que saiba como ser uma mulherzinha. E eles ensinam seus filhos e filhas quem deve mandar e quem serve para admirar.
Ainda têm muito medo de, por distração, parecerem mulherzinhas [...].
(BENSUSAN, 2018, p.17-18.)

Esse primeiro momento de leitura tinha como foco evidenciar, justamente, a que ponto a violência está presente na escola, negando, portanto, o pressuposto de que na escola deva-se apenas ensinar português e matemática. Por outro lado, a narrativa revela que os comportamentos violentos não se restringem a agressões físicas, socos ou chutes, mas se constituem, também, enquanto atitudes inferiorizantes do Outro – no caso do poema, das meninas e das atitudes atreladas a elas.

Na sequência, aproveitando o ensejo do poema sobre “Hoje eu me pergunto: aonde estão os meninos maus da minha escola?”, foi realizada a apresentação do vídeo “Não tira o batom vermelho”² da comunicadora social e vlogger Julia Tolezano, conhecida na internet como Jout Jout. O vídeo parte de relatos autobiográficos e de histórias de amigas próximas, como é o caso da narrativa que inspira o título: o namorado de uma amiga de Júlia pede para que ela retire o batom vermelho, pois está com “cara de puta”. Jout Jout nos apresenta, então, a ideia de relacionamento abusivo, ou seja, relacionamentos nos quais violências morais, psicológicas, patrimoniais e físicas estão presentes.

Esses dois materiais didáticos utilizados em sequência na oficina, portanto, tinham a função de demonstrar como a violência contra mulheres é sistemática. Em outras palavras, atitudes violentas já estão presentes na escola e, conseqüentemente, se não forem repensadas, debatidas, analisadas e desnaturalizadas, continuarão se perpetuando na vida adulta, a exemplo dos relacionamentos abusivos.

² Disponibilizado online em 2015, faz parte do canal no YouTube de Júlia, intitulado *JoutJout Prazer*. O vídeo está disponível no endereço eletrônico: <<https://www.youtube.com/watch?v=I-3ocjJTPHg>>.



Ao final dessas apresentações, um momento de debate foi proposto para as/os estudantes, a partir das questões: “você estavam familiarizados(as) com a ideia de relacionamento abusivo?” e “você já imaginaram que a escola também pode ser um local de violência?”. Além dessas duas perguntas, foi disponibilizado espaço de fala para que as/os presentes fizessem as considerações que achassem necessárias. Esse espaço foi totalmente aproveitado pelas/pelos estudantes através de relatos de suas próprias vivências e de discussões sobre os materiais.

O segundo encontro/módulo da oficina, realizado no dia 26 de setembro de 2017, teve como centralidade a desestabilização da categoria universal de mulher, e foi dividido em dois momentos. No primeiro momento, propusemos o seguinte questionamento aos estudantes: “desde o início da oficina estamos pensando a violência contra a mulher em diferentes formas e contextos; mas, afinal, o que é *ser mulher*”? Instigadas/Instigados a citar algumas características que atribuíam à categoria de mulher, as/os estudantes elencaram diferenças de corpo, vestuário, atitudes e comportamentos. Em seguida, expusemos mais dúvidas: “será que esse *ser mulher* sempre foi o mesmo? Será que em todos os lugares do mundo as mulheres são iguais umas às outras?”. A partir dessa segunda etapa de questões, iniciamos a reflexão com as/os estudantes de que não existe somente uma possibilidade de ser mulher no mundo, mas que existem mulheres brancas, mulheres negras, mulheres norte-americanas, mulheres latinas, mulheres indígenas, mulheres com deficiência, e elas têm vivências diferentes. Assim, quando utilizamos a categoria universalista de mulher, podemos estar invisibilizando outras formas de ser mulher e, conseqüentemente, produzindo violências.

Após essa reflexão, iniciamos o segundo momento do encontro, no qual apresentamos e discutimos os conceitos de cisgeneridade e transgeneridade. O feminismo e as discussões de gênero que propomos se alicerçam, pois, em perspectivas *trans-includentes* e *interseccionais*³, já que diferentes experiências estão sujeitas a diferentes formas de violência. Essa etapa previu a contextualização dos termos *cis* e *trans*: pessoas *cisgêneras* são pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi

³ Em uma perspectiva interseccional gênero e raça, por exemplo, não podem ser analisados enquanto categorias isoladas. Sendo assim, no encontro de número três analisamos essa imbricação.



assignado ao seu nascimento, ao passo que pessoas *trans* são pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi assignado ao seu nascimento, ou seja, que lhes foi imposto pela biomedicina e pela sociedade.

Evidenciamos, ainda, que o uso dos termos *cis* e *trans* se dá enquanto um mecanismo de retirada de nomenclaturas normalizadoras e preconceituosas como “mulher de verdade”, “normal” e “anormal”; logo, seu objetivo central é o de alargar as bases do feminismo clássico, ao propor um transfeminismo, a partir do qual categorias universais, homogeneizantes e patologizantes são desconstruídas e problematizadas. Nesse sentido, utilizamos os estudos históricos de Michel Foucault e Thomas Laqueur⁴ nos quais ambos os pesquisadores destacam que, em diferentes sociedades e períodos históricos, os sujeitos e corpos eram significados, pensados e classificados de diferentes maneiras; por conseguinte, a história nos mostra que o modo de *ser mulher* de nossa sociedade é contingencial.

Utilizamos como material didático para leitura coletiva o texto de Amara Moira, pesquisadora, mulher travesti e doutora em literatura pela UNICAMP, intitulado “Travesti ou mulher trans: tem diferença?”⁵. Nesse texto Amara discute as violências que pessoas *trans* e mulheres travestis sofrem quando nos baseamos unicamente em premissas biológicas para discutir identidades e vivências, ou quando lançamos mão, por exemplo, do argumento de que “quem tem vagina é mulher e quem tem pênis é homem”. Nas palavras de Amara:

A primeira consequência é centrar o debate sobre transgeneridade no genital em si ao invés de na criação que recebemos por conta dele. Ou seja, dar a entender que o xis da questão está no corpo, ter ou não ter pênis/vagina, e não na impossibilidade de vivermos de acordo com o gênero com que nos identificamos. Ninguém nasce querendo fazer cirurgia, tratamento hormonal, depilação a laser e, se boa parte de nós recorre a essas intervenções, é por termos sido condicionadas a acreditar, desde muito cedo, que era necessário transformar nossos corpos para podermos viver nosso gênero, para podermos nos reconhecer e ser reconhecidas nesse nosso gênero. (MOIRA, 2017, n.p.)

⁴ *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, de Michel Foucault (2017) e *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, de Thomas Laqueur (2001).

⁵ Texto escrito em 2017 por Amara em sua coluna no site *Mídia Ninja* e disponível no endereço eletrônico: <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca/>>.



Além disso, Amara discute as categorias *trans* e travesti e as diferenças que se costuma elencar entre uma e outra:

Travesti e mulher *trans* são palavras sinônimas, o que não quer dizer que signifiquem o mesmo. Cada uma tem sua história e, ao ser acionada, ativa uma série muito particular de sentidos: transexual é palavra criada pelo saber médico, que responsabiliza o corpo e desculpa o indivíduo (“corpo errado”, “mente feminina”, “sofrimento”, etc), tornando mais fácil sua aceitação pela sociedade, ao passo que travesti ainda está muito associada ao universo da prostituição precária, da marginalização [...]. Ao invés de propor ou buscar distinções, talvez fosse o momento de analisarmos esses sentidos que a sociedade projeta sobre as duas palavras, tentando identificar as razões dessas projeções e romper com essas narrativas que nos engessam, violentam. (MOIRA, 2017, n.p.)

De forma arriscada e incipiente, nosso objetivo nesse segundo módulo, como exposto anteriormente, foi o de questionar os determinismos, concordando com a proposição de Butler (2015, p. 27) segundo a qual “[...] talvez o sexo sempre tenha sido gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula” – a biologia, o sexo, o corpo e as classificações também são culturais, localizadas, contextuais, assim como a política por trás dessas categorias.

No terceiro encontro/módulo da oficina, realizado no dia 10 de outubro de 2017, focou-se em apresentar às e aos estudantes dados quantitativos sobre violência contra as mulheres no Brasil. Nessa apresentação utilizamos dados de domínio público obtidos através do Balanço Anual do Disque 180⁶, do ano de 2016⁷, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres com recortes de raça, geração e região. Todavia, esse balanço não contempla as especificidades das pessoas *trans* e de mulheres travestis. Devido a isso, utilizamos os dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais/ANTRA⁸, que além de produzir relatórios sobre a quantidade de mortes e violências contra pessoas *trans* e mulheres travestis, disponibiliza *online* um mapa

⁶ O Disque 180 foi criado em 2003, pela Lei nº 10.714/03 e funciona como um disque-denúncia no qual mulheres de todo Brasil podem relatar casos de violência que estejam sofrendo, assim como buscar informações sobre seus direitos. O número é o mesmo para todo o Brasil e não se restringe às mulheres, pois qualquer pessoa pode, por exemplo, denunciar uma situação de violência.

⁷ Existem dados mais atualizados sobre violência contra as mulheres, porém quando realizamos a oficina, no ano de 2017, os dados mais atualizados eram os de 2016, disponíveis em: <http://www.spm.gov.br/assuntos/violencia/ligue-180-central-de-atendimento-a-mulher/balanco-anual-180_2016.pdf>.

⁸ Dados disponíveis em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-as-sassinatos-2017-antra.pdf>>.



demonstrando onde cada uma dessas mortes/violências aconteceu⁹.

Os dados do Balanço Anual do Disque 180 que utilizamos na apresentação para os/as jovens evidenciam, por exemplo, que,

[...] somente no ano de 2016, a Central realizou 1.133.345 (um milhão cento e trinta e três mil trezentos e quarenta e cinco) atendimentos, fato que resultou numa média de 94.445 atendimentos/mês, e 3.096 atendimentos ao dia. Essa quantidade foi 51% superior ao número de atendimentos realizados no ano de 2015 (749.024). (BRASIL, 2016, p. 3)

O Balanço Anual também apontou para o fator de raça intrínseco às violências, pois “[...] outro dado importante é que dos relatos de violência em que foi informada a cor da vítima, 60,53% das violências foram cometidas contra mulheres negras” (BRASIL, 2016, p. 4). Logo, esses dados demonstram a importância de abordagens interseccionais quando lidamos com casos de violência, aliando, assim, análises de gênero e de raça.

Como forma de ilustrarmos que a violência de gênero não se restringe a agressões físicas, apresentamos os dados que demonstram que do total de denúncias para o Disque 180 “50,70% se referiram à violência física; 31,80%, violência psicológica; 6,01%, violência moral; 1,86%, violência patrimonial; 5,05%, violência sexual; 4,35%, cárcere privado; e 0,23%, tráfico de pessoas”. Ou seja, há diversas formas de violência que as mulheres podem experimentar ao longo da vida – muitas vezes sem se dar conta de que sofrem violências.

Passamos, então, aos dados relativos às pessoas *trans* e mulheres travestis, compilados pela ANTRA:

No ano de 2017, lembrando incansavelmente da subnotificação desses dados, ocorreram 179 Assassinatos de pessoas Trans, sendo 169 Travestis e Mulheres Transexuais e 10 Homens Trans. Destes, encontramos notícias de que apenas 18 casos tiveram os suspeitos presos, o que representa 10% dos casos (MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL, 2018, p.14).

Esses dados levaram a ANTRA a concluir, de forma alarmante, que “[...] chegamos a estimativa de que a cada 48h uma pessoa Trans é assassinada no Brasil e que a idade média das vítimas dos assassinatos é de 27,7 anos” (MAPA DOS ASSASSINATOS DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL, 2018, p.16). Além disso, é importante pon-

⁹ Mapa disponível em: <<https://www.google.com/maps/d/viewer?ll=-13.072303542292511%2C-42.23556529999996&z=5&mid=1yMKNg31SYjDASoN-ZwH1jJoapFQ>>.

tuarmos sobre a forma com que esses casos são entendidos pela justiça brasileira, ou seja, se são investigados e analisados enquanto crimes de ódio motivados por transfobia, ou apenas entendidos enquanto crimes corriqueiros¹⁰.

Ao final da apresentação dos dados anuais de violência, iniciamos uma segunda atividade nesse encontro, no qual buscamos ilustrar formas de violência que não são físicas, mas que nem por isso são menos violentas, problemáticas e não deixam marcas na vida das mulheres. Para tanto, utilizamos três materiais didáticos: o primeiro foi a ação #ESSEÉMEUPROFESSOR desenvolvida por pesquisadoras e estudantes do Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Essa ação recolheu denúncias de constrangimentos que estudantes mulheres sofreram em salas de aula por seus professores, transformando-as em cartazes que foram espalhados pelos *campi* da Universidade.

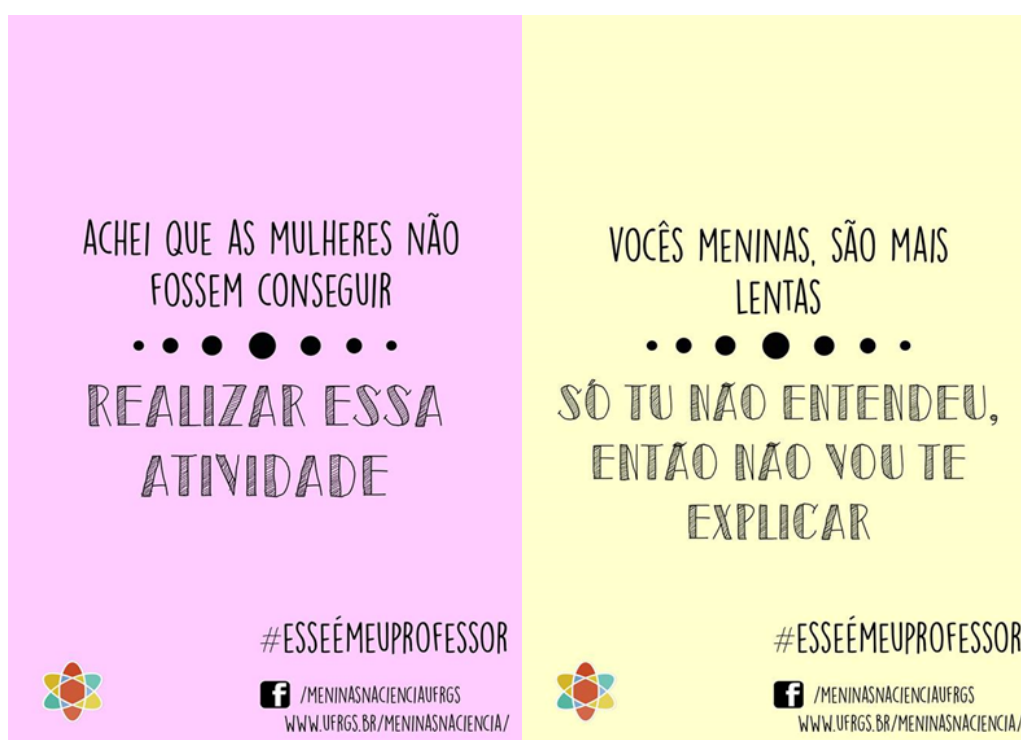


Figura 2 – Cartazes da Ação #ESSEÉMEUPROFESSOR
Fonte: Site *Meninas na Ciência*.¹¹

¹⁰ Esse ponto é fundamental, pois em inúmeras ocasiões a mídia e os departamentos de investigação se dirigem às vítimas pelo seu nome de nascimento, conseqüentemente não reconhecendo sua identidade enquanto mulher *trans*, ou mulher travesti – fato que parece apontar para uma transfobia estrutural.

¹¹ Essa ação faz parte de um projeto maior desenvolvido por docentes mulheres do Departamento de Física da UFRGS intitulado *Meninas na Ciência*. Maiores informações sobre o projeto e suas ações estão disponíveis no endereço eletrônico: <<https://www.ufrgs.br/meninasnaciencia/>>.

Com esses dois cartazes propusemos aos estudantes a reflexão de se imaginarem enquanto jovens discentes que recentemente entraram na Universidade, mas que logo de início se depararam com frases como essas pronunciadas por professores em sala de aula. A ideia era que percebessem como uma aparente brincadeira, ou piada, se trata de uma forma de constrangimento e, conseqüentemente, de violência, que pode afetar a vida das jovens estudantes logo no início de sua graduação. Utilizamos esses cartazes como forma de demonstrar que a violência também está inserida dentro da academia, e não apenas em regiões marginalizadas da sociedade.

O segundo material didático foi a charge da cartunista e mulher *trans* Laerte Coutinho na qual se evidencia um ato transfóbico e a culpabilização da pessoa por ter sido vítima desse ato violento. Ou seja, existe nesse caso uma dupla agressão, pois além do ato violento em si, a vítima também foi entendida enquanto culpada em decorrência de sua não-adequação aos padrões socioculturais normatizados.



Figura 3 – Charge da cartunista Laerte¹²
Fonte: Site Itaú Cultural

Por fim, utilizamos a “pirâmide da violência”, um gráfico desenvolvido pela artista e ativista feminista Asheley Fairbanks, conhecida no *Twitter* como @ziibing. Nessa ilustração, traduzida para o português pelo coletivo feminista intitulado “Não aguento quando”, a artista demonstra como “pequenos” atos de nosso cotidiano também constituem violências que podem, muitas vezes, ocasionar a morte de mulheres – justamente por estarem inseridos em um sistema estruturalmente violento.

¹² Charge disponível em: <https://www.itaucultural.org.br/ocupacao/laerte/oa-laerte/?content_link=3>.



Figura 4 – Pirâmide da violência desenvolvida por @ziibiing¹³ e traduzida para o português pelo coletivo feminista “Não aguento quando”
Fonte: Site Não aguento quando

A oficina foi finalizada com o quarto encontro/módulo no dia 17 de outubro de 2017. Centralizamos, então, o debate em torno das formas de resistência a essas violências discutidas até o momento, apresentando às e aos estudantes legislações específicas cujo objetivo é o enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres. Posto isso, identificamos duas formas de combate às violências; sendo a primeira delas a macropolítica, dialogamos com as/os estudantes sobre coletivos feministas, legislações nacionais e internacionais.

No âmbito das legislações nacionais, apresentamos: a Lei 11.340/06 conhecida como Lei Maria da Penha, cujo objetivo é o de criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres; a Lei 13.104/15, conhecida como Lei do Femicídio, a qual tipifica o crime de feminicídio, ou a morte de uma pessoa em decorrência de seu gênero feminino; e a Lei 10.741/03, que institui o Disque 180. Nos atentamos também ao artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, de 1988, no qual fica explícito que todas as pessoas têm os mesmos direitos, sem distinções de qualquer natureza,

¹³ O perfil da artista e ativista assim como a imagem original estão disponíveis no endereço eletrônico <<https://twitter.com/ziibiing>>.

seja de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual etc. Em âmbito internacional, referimo-nos à Declaração Universal dos Direitos Humanos, outro mecanismo cuja finalidade é reafirmar a igualdade entre todas e todos sem qualquer distinção.

A segunda forma de resistência às violências discutida foi o âmbito da micro-política, ou seja, as ações que todas e todos nós podemos desempenhar em nosso cotidiano: não reproduzir estereótipos de gênero, evitar piadas preconceituosas e discriminatórias – pois nada é “apenas uma piada” –, respeitar as identidades e por conseguinte o nome social das mulheres *trans* e travestis, repensar nossas posturas diárias, denunciar casos de violência que presenciarmos, educar nossos(as) filhos/filhas para que respeitem todas e todos, e ouvir antes de julgar.

Ao longo da oficina alguns/algumas estudantes solicitaram materiais adicionais com os quais pudessem se aprofundar nessa discussão. Pensando nisso, ao final desse encontro disponibilizamos uma lista com alguns nomes de séries, filmes, livros, canais no *YouTube* e músicas que dialogavam com a temática da oficina.

CONCLUINDO, OU MELHOR, ABRINDO NOVOS CAMINHOS

No decorrer da oficina “Violência contra a mulher *cis*, *trans* e travesti: cotidiano, currículo e o que a educação tem a ver com isso”, o que nos motivou foi romper com a normatização centrada na figura do homem branco, ocidental, heterossexual, cisgênero e de classe média, ou seja, fazer proliferar dentro da sala de aula formas de existência que desviam dessa norma. Foi um desafio imposto por nós mesmos, enquanto futura professora e futuro professor, repensar as práticas pedagógicas na tentativa de desestabilizar as hegemonias culturais e sociais do campo educacional, desarticular violências cotidianas e articular espaços democráticos, seguros, igualitários e equitativos.

Buscando romper com as clássicas teorias que postulam sobre o que deveria ser o currículo, nosso desafio foi demonstrar que o currículo pode e deve ser entendido enquanto um componente fluído da educação, ou, nas palavras de Gauthier (2002, p. 144), mostrar a urgência “de experimentar no currículo, de experimentar com o cur-



rículo, de fazê-lo entrar em novos agenciamentos, sem procurar conformá-lo a uma definição prévia”.

Ocupávamos o espaço do Colégio de Aplicação, também, enquanto agentes políticos, comprometidos com a eliminação de discrepâncias e violências individuais e institucionais; estávamos disputando espaço com os saberes educacionais cristalizados, pleiteando novos discursos sobre existências, corpos e processos de aprendizagem, pois, como nos lembra Foucault, p.10) “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta [...]”.

Ao ocuparmos materialmente a sala onde a oficina aconteceu durante os quatro encontros, almejávamos empoderar discursos marginalizados e subalternizados, e foi imensamente gratificante percebermos a potência que as discussões com as/os estudantes tiveram, pois todas e todos demonstraram um imenso engajamento nas atividades e nos debates, apesar de nosso medo inicial de fracasso.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil em 2017**. ANTRA, 2018. 121p. Disponível em: <<https://antrabrasil.files.wordpress.com/2018/02/relatc3b3rio-mapa-dos-assassinatos-2017-antra.pdf>>. Acesso em: 17 de dez. 2018.

BENSUSAN, Hilan. Os meninos da minha escola me pareciam maus. In: BEDIN, L.; MARQUES, D. (Org.). **A hora do pesadelo: paixões distópicas em educação**. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 13-21. ISBN 978-85-205-0821-3.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Balanco anual 2016**. Brasília: Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, 2016. 22p. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ippg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2017/06/Balanco-Anual-180_2016.pdf>. Acesso em: 13 de dez. 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em dez. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 287p. ISBN 9788520006115.

CORAZZA, Sandra Mara. Planejamento de Ensino como estratégia de política cultural. In: MOREIRA, A. F. (Org.). **Currículo: questões atuais**. Campinas: Papirus, 1997. Pp. 103-143. ISBN 8530804422.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 26 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2008. 295p. ISBN 9788570380746.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24 ed. São Paulo: Loyola, 2014. 74p. ISBN 9788515013593.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. (Vol. 1). São Paulo: Paz e Terra, 2017. 176p. ISBN 8577532941.

GAUTHIER, Clermont. Esquizoanálise do currículo. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 143-156, jun./jul. 2002. ISSN 01003143.

HARAWAY, Donna. saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, 1995, p. 07-41.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313p. ISBN 8573162449.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade – Um Debate Contemporâneo na Educação**. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 43-53. ISBN 9788532629142.



MOIRA, Amara. Travesti ou mulher trans: tem diferença? **Mídia Ninja**, 2017. Não paginado. Disponível em: <<http://midianinja.org/amaramoira/travesti-ou-mulher-trans-tem-diferenca>>. Acesso em: 15 de dez. 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias de currículo**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. 154p. ISBN 9788586583445.

UBERTI, Luciane. Experiências didáticas nas licenciaturas. In: CAROLY et al (Org.). **Docência e Transgressão: potência singular ao planejar**. Porto Alegre: Cirkula, 2018, p. 19-31. ISBN 9788567442891.

Recebido em: 20/01/2019

Aceito para publicação em: 30/05/2019

